



CÂMARA MUNICIPAL DE
HORIZONTE
NOVO TEMPO

ESTADO DO CEARÁ



INDICAÇÃO Nº 010/2019

A Vereadora Itaciana Carneiro Andrade no uso de suas atribuições legais vem encaminhar ao plenário da Câmara a presente Indicação que depois de aprovada seja encaminhada ao Chefe do Executivo vem propor o seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº ____/2019

Dispõe sobre a prioridade da mulher vítima de violência doméstica na análise e aprovação de documentação para aquisição de imóveis por meio dos programas habitacionais no Município de Horizonte.

A CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE APROVA:

Art.1º – A mulher vítima de violência doméstica terá prioridade na análise e aprovação de documentação para a aquisição de imóveis por meio dos programas habitacionais do Município, observados os seguintes requisitos:

I – apresentação de certidão que comprove a existência de ação penal que enquadre o agressor nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, ou de documento que comprove a instauração de inquérito policial contra o agressor nos termos da mesma lei;

II – apresentação de relatório elaborado por assistente social membro do Centro de Referência de Assistência Social – Cras – do local onde se pretende adquirir o imóvel.

Art. 2º – Para efeito do disposto nesta lei, considera-se programa habitacional qualquer ação de política habitacional do Município desenvolvida por meio de recursos do Tesouro ou mediante parceria com a União, Estado do Ceará ou entes privados.

Art. 3º – O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE, EM 15 DE OUTUBRO DE 2019.

Itaciana Carneiro Andrade
ITACIANA CARNEIRO ANDRADE
Vereadora de Horizonte

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 010/2019

A presente proposição tem por finalidade de priorizar e propiciar maior celeridade na análise e aprovação de documentação para aquisição de imóveis para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Desde a instalação, em 2007, o Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher de Fortaleza já concedeu 45.945 medidas protetivas. O número é referente até julho de 2018. Só no ano passado, foram 6.454 medidas concedidas. Apesar do avanço na legislação, os números de casos de violência contra a mulher ainda assustam. No ano passado, o Brasil registrou 221.238 casos de violência doméstica. Só no estado do Ceará foram 5.644 vítimas, segundo dados do 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

A violência doméstica pode assumir diversos tipos, incluindo abusos físicos, verbais, emocionais, econômicos, religiosos, reprodutivos e sexuais. Estes abusos podem assumir desde formas subtis e coercivas até violação conjugal e abusos físicos violentos como sufocação, espancamento, mutilação genital feminina e ataques com ácido que provoquem desfiguração ou morte.

As vítimas podem ser encurraladas para situações de violência doméstica através de isolamento, poder e controle, aceitação cultural, falta de recursos financeiros, medo, vergonha ou para proteger os filhos, e muitas das vezes por não terem opção de moradia. A dependência econômica aparece como uma das causas determinantes mencionadas pelas mulheres como obstáculo para romper uma relação violenta.

Dessa forma, este projeto tem como objetivo o atendimento às mulheres que sofreram este tipo de violência tão repugnante, de forma a proporcionar agilidade na análise de documentação para aquisição de imóveis no âmbito municipal.

Vale salientar, que a Constituição Federal de 1988, resguarda sobre os direitos sociais em seu artigo 6º:

Av. Francisco Eudes Ximenes, 123 - Centro - Horizonte/CE - CEP: 62.880-000

PABX: 85 3336.1101 - FAX: 85 3336.1130

CNPJ: 02.121.797/0001-00 - CGF: 06.920.446-2

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ” (grifo nosso)

Diante da relevância da matéria, submeto o presente à apreciação de meus nobres pares, contado com o apoio necessário para sua aprovação.

Certo da sensatez de meus pares, peço à V.Exa., que depois de submetido ao Plenário, seja a indicação enviada ao Sr. Prefeito Municipal, a fim de que entendendo o mesmo a relevância da matéria, envie-nos posterior mensagem com o referido projeto de Lei correspondente a esta indicação..

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE, EM 15 DE OUTUBRO DE 2019.


ITACIANA CARNEIRO ANDRADE
Vereadora de Horizonte